Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte City News **Class.:** 341

Data 16/03/80 **Pg.:**

Entrevista

Cel. João Carlos Nobre da Veiga

O coronel João Carlos Nobre da Veiga surpreendeu o País ao afirmar que ascendia à presidência da Fundação Nacional do Índio, a Funai, sem nunca ter conhecido um indígena. Hoje, quatro meses depois, após haver extinto departamentos e substituído auxiliares, promete mais rigor no trato com as comunidades índias (quer impedir o excesso de presenças indígenas em Brasília, por exemplo), acredita em soluções que satisfaçam a todos e confirma: terminará, já em 1982, a demarcação de terras, devolvendo as que os índios reclamam como suas, mas jamais expulsando fazendeiros sem nada lhes dar em troco. Nesta entrevista, ele rebate as críticas a sua gestão, muitas vindas de órgãos também de atuação na área indígena, e fala dos planos para a realização de mais uma Semana do Índio, a se realizar na terceira semana de abril.

Como o sr. encontrou a administração deixada pelo ex-presidente Ademar Ribeiro da Silva?

— Numa situação muito boa, com grande recepção das entidades civis de apoio ao índio. Tenho procurado dar continuidade a todos os trabalhos iniciados na administração passada.

O que foi modificado depois de sua posse e por quê?

— Acabamos com a Coordenação da Amazônia — Coama, porque ela tinha os mesmos poderes da Funai, o que não poderíamos admitir de forma alguma. Seu coordenador, general Demócrito de Oliveira, pediu demissão, tendo em vista a extinção do departamento. Uma segunda modificação foi a diminuição de poderes do Departamento Geral do Patrimônio Indígena — DGPI, que agora tomará conta somente dos problemas da terra. As demissões de funcionários desse departamento ocorreram por eles não estarem de acordo com minha política de trabalho. Não posso conviver com pessoas em quem não confio.

As entidades ligadas à causa indígena têm criticado com frequência os convênios firmados pela Funai com os Estados. Dizem que esses convênios darão a estes autonomia para resolver problemas indígenas como acharem melhor. Como o sr. vê esse tipo de comentário?

— A execução de qualquer projeto ficará a cargo das delegações regionais da Funai e das ajudâncias autônomas. Eles é que executarão todos os projetos e atenderão às comunidades indígenas em suas áreas. Já firmamos convênio com o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e, agora, com o Mato Grosso do Sul. O objetivo é dar maior assistência à área da saúde, educação e, mesmo, agricultura. Quer dizer que, se o Estado fizer isso, ele estará tirando a autonomia da Funai? Dar elementos para que o índio viva melhor é quebrar nossa autonomia? Nenhum Estado agirá sem a autorização do órgão tutelar. Eu sempre digo que o problema do índio é de responsabilidade de todos os brasileiros, não só da Funai. É preciso resolver o problema da Nação, sem criar novos problemas. Eu cumpro o Estatuto do Índio para buscar uma solução satisfatória.

Em dezembro, o sr. disse que provaria ao Conselho Indigenista — Cimi — que, embora não conhecesse nada sobre índio, sabia decidir. Isso foi provado através da extinção da Coama e do DGPI?

— De certa forma. Tenho procurado dar solução a todos os problemas. Nunca considerei como crítica dizer que não conhecia índio. Não pedi para vir à Funai, vim porque fui escolhido. Dizer que não conhecia índios continuou sendo dito apenas como repetição do que já afirmara. E realmente falo o que penso, não preciso mentir a ninguém.

E a reestruturação da Funai, como está?

— Nas mãos do presidente João Batista Figueiredo para ser aprovada. Mas o Dasp é quem coordenará o problema de criação ou diminuição de cargos. Nada sei, ainda, a respeito.

E a demarcação das terras indígenas?

— Como o próprio ministro do Interior, Mário Andreazza, já afirmou, deverá estar concluída até o final de 1982.

Mas o sr. disse que não poderia prever uma data principalmente levando em conta, entre outros fatores, os problemas climáticos, uma vez que, em determinadas áreas, quando chove, não há como trabalhar.

— É verdade. Mas trabalharemos para concluir em 1982. Nos próximos 12 meses teremos uma idéia de como se desenvolverá. Temos agora o DGPI com gente capacitada para resolver o problema. Estamos empenhados em demarcar todas as áreas para que, dessa forma, possamos resolver um dos grandes problemas atuais dos índios.

> "Criticar é muito fácil. E não quero cair no mesmo erro. Mas precisamos da colaboração de todas as entidades que tratam do índio. É uma pena que ela não aconteça."

O sr. sempre afirma que, na solução dos problemas, buscará entendimento com ambas as partes, ou seja, os fazendeiros e os índios. Essa afirmação tem recebido fortes críticas por parte das entidades ligadas à causa indígena, como o Cimi, a Anai, a Comissão Pró-Índio etc.

— Sempre disse que atenderia a ambas as partes e continuo dizendo a mesma coisa. Devo falar tudo o que faço e venho agindo, mesmo porque nada tenho a esconder de quem quer que seja. Seria justo, simplesmente, chegar e decretar uma área indígena, expulsando o fazendeiro, os posseiros ou quem lá estiver? Em Pimentel Barbosa, por exemplo, os posseiros não foram atendidos e ainda criam problemas. Por isso cuido de todos os detalhes. Quando há brancos na área, tenho que entrar em entendimento com o Incra para reassentá-los em outras terras. Quem está acostumado a um tipo de vida na lavoura, precisa de outras terras para dar continuidade a seu trabalho. A Funai não é a dona da verdade. Não posso dizer que uma terra é do índio e mandar que todos saiam dali na mesma hora.

Como os fazendeiros têm agido dentro dessa sua nova política?

— Da melhor maneira possível. Acredito, como sempre afirmo, que somente a compreensão das partes envolventes poderá minimizar os problemas. Inúmeros fazendeiros têm-me procurado. Querem somente terra para trabalhar e é impossível ignorarmos isso. O Incra ajuda na solução, daí a razão do trabalho conjunto.

E esta compreensão tem sido fácil?

— Muito fácil. Na ilha de São Pedro, por exemplo, houve um entendimento entre o governador e a família Brito para a desapropriação, em benefício dos índios xocós.

Mas houve muito conflito até se chegar à solução.

— E o que digo: a Funai não é dona da verdade. O que poderíamos fazer antes? Invadir a ilha e mandar que os índios entrassem e permanecessem sem dificuldades? As soluções são sempre demoradas. Outra solução que tem sido apresentada é o reconhecimento do fazendeiro. Ele reconhece a temática indígena e busca uma solução pacífica dando uma parte de suas terras para que os conflitos sejam eliminados.

Mas o índio não quer uma parte das terras que lhe pertencem?

— E o que a Funai poderá fazer se não for assim? Mas temos conseguido evitar conflitos agindo de forma pacífica. Isso já aconteceu em Goiás, Mato Grosso e Roraima.

O sr. está na presidência há quatro meses. Exatamente neste período, quatro líderes indígenas foram assassinados. O sr. acha que os conflitos aumentaram depois de sua posse? Ou foi coincidência?

— Acho que os conflitos não aumentaram nem diminuíram. Continuam da mesma forma como vêm ocorrendo ao longo dos anos por não se ter encontrado, ainda, uma solução.

O sr. diz que a população é totalmente desinformada a respeito dos índios?

— E acho que isso também influencia nos problemas atuais. A sociedade envolvente não está conscientizada da temática indígena. Acreditamos que os entendimentos devam surgir pela harmonia dos interesses e nunca através de litígios e pendências pessoais, que só levam a fatos dolorosos como esses assassinatos. A morte de índios e brancos não resolve o problema. Agrava-o. Isso prova, mais uma vez, que somente a compreensão das partes envolvidas poderá superar qualquer conflito.

Por que as notícias chegam com tanto atraso à Funai?

Quando os dois líderes guajajaras foram assassinados em 26 de fevereiro, a Funai disse que a causa era devida a rixas antigas. No dia seguinte, o Cimi desmentiu a nota dizendo que os índios foram assassinados por fazendeiros da região. Uma versão que só mais tarde foi confirmada pela Funai.

— A nós, não cabe inventar nada. Se recebemos a notícia com atraso é por problema de comunicação. O Cimi deve receber antes por ter condições de se informar com maior rapidez.

E as críticas feitas pelos órgãos civis ligados ao índio?

— Antes de realizarmos o programa da Semana do Índio, convidamos o Cimi e a Anai para participarem da execução. Não apareceu ninguém. Não quero criticar, mas nós precisamos de colaboração. Criticar é muito fácil. A Funai é um órgão que congrega todos os problemas indígenas do País. Precisamos de muita colaboração. Seria excelente se contássemos com sugestões de todas as entidades. Mas isso não tem acontecido, o que considero uma pena.

O sr. disse, no início de sua gestão, que não queria ver índios em Brasília buscando solução para suas dificuldades. Para isso disse que fortaleceria todas as delegacias e ajudâncias.

— Não quero o índio passeando por conta da Funai. No ano passado gastaram-se dois milhões de cruzeiros com estada de índios na Casa do Ceará, em Brasília. Isso diminui o orçamento designado ao atendimento de índios em suas aldeias. Sou a favor da Funai, quero maior disciplina.

O sr. acha que os índios viajam a Brasília a passeio?

— O líder é que deve vir para fazer alguma reclamação. Só o líder. Não cinco ou seis, como tem acontecido. Tenho explicado isso a eles e com sucesso. Afinal, é dinheiro deles que está sendo gasto.

A vinda de índios diminuiu?

— Já está diminuindo. O fortalecimento dos postos começa a surtir efeito. O Governo deseja propiciar a integração do índio, desde que ele queira, dentro dos programas de saúde, educação e comunitário. Um problema muito evidenciado é a venda de seus objetos de artesanato nas ruas. Para nós isso é até humilhante. Já disse que a Funai compra esses objetos, mas não quer ver índios como indigentes pelas ruas.

E o parque Yanomani, como está?

— Continuam os estudos antropológicos que servirão de fundamento para a criação do parque. É necessário ver qual a área que, de fato, abrange os yanomanis. Eu não sei qual é e tudo o que foi noticiado sobre diminuição não é verdade. Ainda não me pronunciei sobre isso porque não sei qual será a necessidade.

Como o sr. vê a atual situação do índio no Brasil?

— A situação é promissora. Os projetos comunitários no Sul, Centro-Oeste e Norte são favoráveis. Vejo que os índios, quando estão motivados, apoiados e esclarecidos, tornam-se produtores — exatamente como a sociedade envolvente. Quando ele chega e diz que alguém está plantando arroz, por exemplo, é porque ele também está desejando plantar. Nós estamos tentando chegar a isso através do apoio dos Estados, territórios e municípios.

E a Semana do Índio, o que terá de novo este ano?

— Todos os Estados participarão da Semana, que irá de 13 a 19 de abril. O objetivo será o de despertar a sociedade envolvente para o problema do índio no País. Mostraremos toda a realidade indígena. Seus costumes, alimentação, trabalhos manuais etc. A população precisa ver que o índio não quer ameaçar ninguém, não é um perigo. É importante tirar a imagem negativa que muitos têm com relação aos indígenas. Queremos que as escolas de primeiro grau incentivem as crianças na criação de slogans, cartazes, textos etc. É importante que a criança respeite o índio hoje para que o universitário de amanhã não o veja como um inimigo. Queremos começar a formar uma visão positiva do índio para o futuro.